

1. (Fgv 2017) Perante esta sociedade, a burguesia está longe de assumir uma atitude revolucionária. Não protesta nem contra a autoridade dos príncipes territoriais, nem contra os privilégios da nobreza, nem, principalmente, contra a Igreja. (...) A única coisa de que trata é a conquista do seu lugar. As suas reivindicações não excedem os limites das necessidades mais indispensáveis.

Henri Pirenne. *História econômica e social da Idade Média*, 1978.

Segundo o texto, é correto afirmar que

- a burguesia, nascida da própria sociedade medieval, nela não tem lugar; para conquistá-lo, suas reivindicações são a liberdade de ir e vir, elaborar contratos, dispor de seus bens, fazer comércio, liberdade administrativa das cidades, ou seja, não tem o objetivo de destruir a nobreza e o clero.
- os burgueses, enriquecidos pelo comércio, reivindicam privilégios semelhantes aos da nobreza e do clero na sociedade moderna; acentuadamente revolucionários, os seus interesses significam título, terras e servos para garantirem um lugar compatível com sua riqueza.
- o território da burguesia é o solo urbano, a cidade como sinônimo de liberdade, protegida da exploração da nobreza e do clero; para isso, cria o direito urbano, isto é, leis para o comércio, a justiça e a administração que, de forma revolucionária, asseguram-lhe um lugar na sociedade moderna.
- a sociedade medieval tem um lugar específico para os burgueses, pois as liberdades, as leis, a justiça e a administração estão em suas mãos; tal situação tem o objetivo de breçar o poder político e econômico dos nobres e da Igreja, fortalecidos pela expansão da servidão e pelo declínio do comércio.
- com exigências revolucionárias, como liberdade comercial, jurídica e territorial, a burguesia, cada vez mais rica, visa destruir a sociedade medieval; esta, por sua vez, barra a ascensão econômica e política da burguesia, ao fortalecer a servidão no campo e impedir as transações comerciais na cidade.

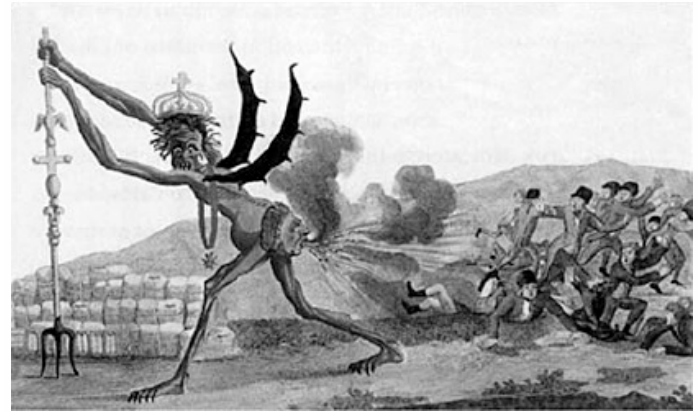
2. (Espm 2016) Nenhum homem livre será detido, aprisionado, ou privado de seus bens, ou posto fora da lei, ou exilado, ou prejudicado de algum modo a não ser em virtude de um julgamento legal dos seus pares ou em virtude das leis do país.

(G. M. Trevelyan. *História concisa da Inglaterra*)

O trecho acima foi retirado de um documento considerado referência fundamental das Liberdades Inglesas. Assinale-o:

- Provisões de Oxford;
- Magna Carta;
- Ato de Supremacia;
- Declaração de Direitos;
- Lei dos Pobres.

3. (Fuvest 2016)



Jacques-Louis David. *Governo inglês - o inglês nascido livre*, 1794.

A imagem pode ser corretamente lida como uma

- defesa do mercantilismo e do protecionismo comercial ingleses, ameaçados pela cobiça de outros impérios, sobretudo o francês.
- crítica à monarquia inglesa, vista, no contexto da expansão revolucionária francesa, como opressora da própria sociedade inglesa.
- alegoria das pretensões francesas sobre a Inglaterra, já que Napoleão Bonaparte era frequentemente considerado, pela burguesia, um líder revolucionário ateu.
- apologia da monarquia e da igreja inglesas, contrárias à laicização da política e dos costumes típicos da Europa da época.
- propaganda de setores comerciais ingleses, defensores dos monopólios comerciais e contrários ao livre-cambismo que, à época, ganhava força no país.

4. (Fgv 2016) Leia o documento a seguir.

“Não estabeleceremos no nosso reino nenhum subsídio ou escudagem (imposto) sem o consentimento comum do nosso reino (...).

Nenhum homem livre será detido, preso ou privado de seus bens (...) ou levado de qualquer maneira (...) salvo em virtude de um julgamento legal por seus pares (...). A ninguém venderemos, recusaremos (...) o direito ou a justiça. Todos os mercadores poderão livre e seguramente sair da Inglaterra, aí vir e morar e aí passar, por terra ou por mar, para comprar e vender (...)

Instituímos e concedemos aos nossos barões a garantia seguinte: eles elegerão 25 barões de reino, que lhes aprouverem, os quais deverão com todo o seu poder, observar, manter e fazer observar a paz e as liberdades que nós concedemos e confirmamos pela presente carta. (...)”

(*apud* Gustavo de Freitas, *900 textos e documentos de História*, volume II. 1976)

O trecho refere-se

- à Declaração de Direitos, de 1689, na qual o rei Stuart Jaime II perde todo o seu poder para o Conselho Comum dos 25 Barões, e que impõe a liberdade econômica e política no reino da Inglaterra.

- b) ao Conselho Comum dos 25 Barões, órgão do qual nascerá a Câmara dos Lordes, isto é, o parlamento inglês, em 1215, para limitar os abusos do rei João Sem Terra, garantindo a justiça e a liberdade econômica.
- c) à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1689, limitadora dos poderes do rei Tudor Henrique VIII que, de forma violenta e arbitrária, aumentava os impostos, prejudicando o comércio da Inglaterra.
- d) ao acordo da Guerra das Duas Rosas, que estabeleceu o fim dos conflitos internos, em 1485, possibilitando ao rei Tudor Henrique VII a concentração do poder em suas mãos, com o apoio do Conselho Comum dos 25 Barões.
- e) às cláusulas da paz, estabelecidas após a Revolução Puritana, em 1649, com a morte do rei Stuart Carlos I, que favorecem os ricos comerciantes ingleses, representados no Conselho Comum dos 25 Barões.

5. (Unicamp 2016) “Uma categoria inferior de servidores que coexiste nas grandes casas com os domésticos livres são os escravos. Um recenseamento enumera em Gênova, em 1458, mais de 2 mil. As mulheres estão em uma proporção esmagadora (97,5%) e 40% não têm ainda 23 anos. São totalmente desamparadas; todos na casa a repreendem, todos batem nela (patrão, mãe, filhos crescidos) e os testemunhos de processos em que elas comparecem mostram-nas vivendo, frequentemente no temor de pancadas. Em Gênova e Veneza, a escrava-criada é essencial no prestígio das nobres e ricas matronas.

(Adaptado de Charles De la Roncière, “A vida privada dos notáveis toscanos no limiar da Renascença”, em Georges Duby (org.), *História da vida privada - da Europa feudal à Renascença*, vol 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 235-236.)

Sobre o trabalho nas cidades italianas do período em questão, podemos afirmar corretamente que:

- a) O declínio da escravidão está ligado ao novo conceito antropocêntrico do ser humano e a uma nova dignidade da condição feminina no final da Idade Média.
- b) O trabalho servil era predominantemente feminino e concorria com o trabalho escravo. A escravidão diminuiu com essa concorrência, desdobrando-se no trabalho livre.
- c) Conviviam inúmeras formas de trabalho livre, semilivre e escravo no universo europeu e a sobreposição não era, em si, contraditória.
- d) O uso do castigo corporal igualava as escravas a outros trabalhadores e foi o motivo das rebeliões camponesas do período (*jacqueries*) e agitações urbanas.

6. (Fgv 2015) *Em 1497 o rei dom Manuel, não querendo perder uma valiosa parcela da população, [...] impôs o batismo obrigatório a praticamente todos os judeus, restringindo-lhes os meios de sair do país, escravizando os que continuaram judeus e apreendendo os filhos dos não convertidos.*

SCHWARTZ, S. B. *Cada um na sua lei. Tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. São Paulo: Edusc/Cia. das Letras, 2009, p. 155.

Entre os desdobramentos da política do reino português com relação aos judeus, podemos citar:

- a) A presença de cristãos-novos pode ser observada apenas em Portugal.
- b) Os cristãos-novos obtiveram os mesmos direitos que os cristãos-velhos portugueses.
- c) A Inquisição portuguesa direcionou-se mais aos delitos sexuais que à perseguição aos judeus.
- d) O Brasil tornou-se possibilidade de refúgio aos judeus portugueses devido à vigilância crescente na metrópole.
- e) Devido à ação rigorosa da Inquisição, a questão judaica foi rapidamente solucionada em Portugal.

7. (Unesp 2014) O comércio foi de fato o nervo da colonização do Antigo Regime, isto é, para incrementar as atividades mercantis processava-se a ocupação, povoamento e valorização das novas áreas. E aqui ressalta de novo o sentido da colonização da época Moderna; indo em curso na Europa a expansão da economia de mercado, com a mercantilização crescente dos vários setores produtivos antes à margem da circulação de mercadorias – a produção colonial era uma produção mercantil, ligada às grandes linhas do tráfico internacional.

(Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 1981. Adaptado.)

O mecanismo principal da colonização foi o comércio entre colônia e metrópole, fato que se manifesta

- a) na ampliação do movimento de integração econômica europeia por meio do amplo acesso de outras potências aos mercados coloniais.
- b) na ausência de preocupações capitalistas por parte dos colonos, que preferiam manter o modelo feudal e a hegemonia dos senhores de terras.
- c) nas críticas das autoridades metropolitanas à persistência do escravismo, que impedia a ampliação do mercado consumidor na colônia.
- d) no desinteresse metropolitano de ocupar as novas terras conquistadas, limitando-se à exploração imediatista das riquezas encontradas.
- e) no condicionamento político, demográfico e econômico dos espaços coloniais, que deveriam gerar lucros para as economias metropolitanas.

8. (Fgv 2014) O paradoxo aparente do absolutismo na Europa ocidental era que ele representava fundamentalmente um aparelho de proteção da propriedade dos privilégios aristocráticos, embora, ao mesmo tempo, os meios pelos quais tal proteção era concedida pudessem assegurar *simultaneamente* os interesses básicos das classes mercantis e manufatureiras

nascentes. Essencialmente, o absolutismo era apenas isto: um aparelho de dominação feudal recolonizado e reforçado, destinado a sujeitar as massas camponesas à sua posição tradicional. Nunca foi um árbitro entre a aristocracia e a burguesia, e menos ainda um instrumento da burguesia nascente contra a aristocracia: ele era a nova carapaça política de uma nobreza atemorizada.

(Perry Anderson, *Linhagens do Estado absolutista*. p. 18 e 39. Adaptado)

Segundo Perry Anderson, o Estado absolutista

- não tinha força política para submeter os trabalhadores do campo e a aristocracia com a cobrança de pesados impostos e, simultaneamente, oferecer participação política e vantagens econômicas para o crescimento da burguesia comercial e manufatureira.
- nunca se submeteu aos interesses da burguesia mercantil e manufatureira em detrimento da aristocracia, mas, ao contrário, tornou-se um escudo de proteção dos camponeses contra o domínio feudal exercido por meio de pesados impostos.
- garantiu, sob a sua proteção, o domínio econômico e político da aristocracia sobre os camponeses e, para sobreviver economicamente, atendeu aos interesses de expansão do mercado da burguesia mercantil e manufatureira, mas a afastou do poder político.
- preservou a propriedade feudal e os interesses dos camponeses, mas, para que isso se efetivasse, submeteu-se à pressão da burguesia mercantil e manufatureira ao aproximá-la do poder político, oferecendo cargos públicos a essa classe.
- não protegeu a aristocracia nem os camponeses que, para sobreviverem, estabeleceram alianças pontuais com a burguesia comercial em ascensão econômica e com crescente participação política, com o intuito de obter acesso à terra.

9. (Fgv 2014) Ao final da Copa do Mundo de futebol disputada na África do Sul (2010), alguns dos jogadores da seleção da Espanha realizaram a volta olímpica como campeões desfraldando uma bandeira da Catalunha. A respeito da História dessa região, é correto afirmar:

- O reino de Aragão uniu-se ao de Castela com o casamento dos reis católicos, Fernando e Isabel, mantendo-se a autonomia de Aragão e o funcionamento de cortes próprias.
- A região da Catalunha promoveu uma revolução ao final do século XVIII, influenciada pelos acontecimentos transcorridos na França com a subida dos jacobinos ao poder.
- Durante a II República, a partir de 1931, a região perdeu sua autonomia e tornou-se uma das bases das legiões falangistas que apoiaram Franco.
- A autonomia e o direito ao ensino da língua catalã e seu emprego na administração pública foram garantidos à Catalunha com o regime franquista, a partir de 1936.
- Com a democratização, em 1975, a região da Catalunha perdeu sua autonomia e isso desencadeou o

aparecimento de movimentos armados que lutam pela sua independência.

- (Fgv 2014) Sobre as relações entre os reinos ibéricos e a expansão ultramarina, é correto afirmar que a
 - centralização do poder no reino português só ocorreu após a vitória contra os muçulmanos na guerra de Reconquista, o que garantiu o estabelecimento de alianças diplomáticas com os demais reinos ibéricos, condição para sanar a crise do feudalismo por meio da expansão ultramarina.
 - guerra de Reconquista teve papel importante na organização do Estado português, uma vez que reforçou o poder do rei como chefe político e militar, garantindo a centralização do poder, requisito para mobilizar recursos a fim de bancar a expansão marítima e comercial.
 - canalização de recursos, organizada pelo Estado português para a expansão ultramarina, só foi possível com a preciosa ajuda do capital dos demais reinos da península Ibérica na guerra de Reconquista, interessados em expulsar o invasor muçulmano que havia fechado o rentável comércio no Mediterrâneo.
 - expansão marítima e comercial precisou de recursos promovidos pelo reino português, ainda não unificado, que usou a guerra de Reconquista para garantir a sua unificação política contra os demais reinos ibéricos, que lutavam ao lado dos muçulmanos como forma de impedir o fortalecimento do futuro Estado luso.
 - vitória do reino de Portugal contra os muçulmanos foi garantida pela ajuda militar e financeira do Estado espanhol, já unificado, o que permitiu também a expansão marítima e comercial, condição essencial para o fim da crise do feudalismo na Europa Ocidental.

11. (Unicamp 2014) À medida que as maneiras se refinam, tornam-se distintivas de uma superioridade: não é por acaso que o exemplo parece vir de cima e, logo, é retomado pelas camadas médias da sociedade, desejosas de ascender socialmente. É exibindo os gestos prestigiosos que os burgueses adquirem estatuto nobre. O ser de um homem se confunde com a sua aparência. Quem age como nobre é nobre.

(Adaptado de Renato Janine Ribeiro, *A Etiqueta no Antigo Regime*. São Paulo: Editora Moderna, 1998, p. 12.)

O texto faz referência à prática da etiqueta na França do século XVIII. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- A etiqueta era um elemento de distinção social na sociedade de corte e definia os lugares ocupados pelos grupos próximos ao rei.
- O jogo das aparências era uma forma de disfarçar os conluios políticos da aristocracia, composta por burgueses e nobres, e negar benefícios ao Terceiro Estado.
- Os *sans-culottes* imitavam as maneiras da nobreza, pois isso era uma forma de adquirir refinamento e tornar-se parte do poder econômico no estado absolutista.

d) Durante o século XIX, a etiqueta deixou de ser um elemento distintivo de grupos sociais, pois houve a abolição da sociedade de privilégios.

12. (Fgv 2014) São características das chamadas sociedades do Antigo Regime:

- a) igualdade jurídica, valorização do trabalho manual e predomínio dos valores burgueses.
- b) desigualdade jurídica, predomínio dos valores aristocráticos e desvalorização do trabalho manual.
- c) desigualdade social, predomínio dos valores urbanos e anticlericalismo.
- d) igualdade social, protestantismo e mentalidade aristocrática.
- e) liberalismo econômico, desigualdade jurídica e ascensão das comunidades camponesas.

13. (Espm 2014) A França no século XVI viveu mergulhada em uma instabilidade que envolvia aspectos políticos e religiosos, como foi exemplo o infame massacre da Noite de São Bartolomeu, em 1572. Com a intenção de pacificar o país, o rei Henrique IV promulgou o Edito de Nantes pelo qual:

- a) foi concedida liberdade de culto aos protestantes, bem como o direito de conservar algumas praças de guerra para sua defesa.
- b) o rei renunciou ao protestantismo e se fez batizar católico.
- c) revogou a liberdade de culto permitida aos franceses e impôs o catolicismo.
- d) o rei obteve o direito de nomear bispos e cardeais o que permitiu que a dinastia Bourbon pudesse exercer influência sobre a Igreja Católica.
- e) foi criada a Igreja Anglicana, separada da Igreja Católica Romana, subordinada ao poder do rei.

14. (Fgv 2013) Em 1939, atendendo ao apelo do Papa Pio XII, o Conselho de Imigração e Colonização do Ministério das Relações Exteriores do Brasil resolveu autorizar a entrada de 3 000 imigrantes de origem "semita". Condição *sine qua non* para obter "o visto da salvação": a *conversão ao catolicismo*. Pressionados pelos acontecimentos que marcavam a história do III Reich, os judeus, mais uma vez, foram obrigados a abandonar seus valores culturais em troca do título de cristão.

[Maria Luiza Tucci Carneiro, *O antissemitismo na Era Vargas (1930-1945)*]

A situação apresentada tem semelhança com o processo histórico da

- a) permissão apenas do culto católico no Brasil, conforme preceito presente na primeira Constituição, de 1891.
- b) repressão ao arraial de Canudos, no sertão baiano, pois recaiu sobre os sertanejos a acusação de ateísmo.
- c) obrigatoriedade, conforme costume colonial, dos negros alforriados de conversão ao catolicismo para a obtenção da efetiva liberdade.

d) conversão obrigatória dos judeus na Espanha e em Portugal, a partir do final do século XV, o que gerou a denominação cristão-novo.

e) separação entre Estado e Igreja no Brasil, determinada pelo Governo Provisório da República, comandada por Deodoro da Fonseca.

15. (Fgv 2013) Leia o fragmento.

Um famoso escândalo político foi o de Antônio Perez, que em 1571 era secretário de Estado de Felipe II, tendo alcançado um dos postos mais importantes na monarquia. Por rivalidades, viu-se envolvido em intrigas internacionais. Conhecia todos os segredos da coroa, tendo absoluto controle sobre o Tesouro. Foi acusado de vender cargos, de suborno e de trair segredos do Estado. Felipe viu um caminho para atingi-lo: a Inquisição. Tinha de ser acusado de heresia. Foi difícil encontrar provas contra seu catolicismo, mas o confessor do rei conseguiu-as. Mesmo sendo íntimo amigo do inquisidor-mor e tendo o apoio da população de Saragoça, Perez foi acusado de herege. Conseguiu fugir e morreu em Paris, e, conforme testemunhou o núncio apostólico da região, sempre viveu como fiel católico.

(Anita Novinsky, *A inquisição*)

A partir do texto, é correto concluir que a Inquisição espanhola

- a) ampliou as suas prerrogativas nas nações europeias menos fiéis ao poder do papado, com o intuito de ampliar o número de seguidores.
- b) perdeu parte de suas atribuições e poderes a partir da Contrarreforma católica, conforme deliberação do Concílio de Trento.
- c) manteve, durante a sua existência secular, vínculos essenciais com a questão religiosa, excepcionalmente confundindo-se com a questão política.
- d) resumiu sua atuação a alguns poucos casos exemplares, com o intuito de evitar a propagação do islamismo e das igrejas reformadas.
- e) apesar de sua fundamentação religiosa, esteve vinculada ao Estado e serviu aos interesses de grupos ligados ao poder.

16. (Enem 2012)





(Charge anônima. BURKE, P. A. *fabricação do rei*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.)

Na França, o rei Luís XIV teve sua imagem fabricada por um conjunto de estratégias que visavam sedimentar uma determinada noção de soberania. Neste sentido, a charge apresentada demonstra

- a humanidade do rei, pois retrata um homem comum, sem os adornos próprios à vestimenta real.
- a unidade entre o público e o privado, pois a figura do rei com a vestimenta real representa o público e sem a vestimenta real, o privado.
- o vínculo entre monarquia e povo, pois leva a ao conhecimento do público a figura de um rei desprezencioso e distante do poder político.
- o gosto estético refinado do rei, pois evidencia a elegância dos trajes reais em relação aos de outros membros da corte.
- a importância da vestimenta para a constituição simbólica do rei, pois o corpo político adornado esconde os defeitos do corpo pessoal.

17. (Fgv 2012) Leia o fragmento.

(...) entre os séculos XVII e XVIII ocorreram fatos na França que é preciso recordar. Entre 1660-1680, os poderes comunais são desmantelados; as prerrogativas militares, judiciais e fiscais são revogadas; os privilégios provinciais reduzidos. Durante a época do Cardeal Richelieu (1585-1642) aparece a expressão “razão de Estado”: o Estado tem suas razões próprias, seus objetivos, seus motivos específicos. A monarquia francesa é absoluta, ou pretende sê-lo. Sua autoridade legislativa e executiva e seus poderes impositivos, quase ilimitados, de uma forma geral são aceitos em todo o país. No entanto... sempre há um “no entanto”. Na prática, a monarquia está limitada pelas imunidades, então intocáveis, de que gozam certas classes, corporações e indivíduos; e pela falta de uma fiscalização central dos amplos e heterogêneos corpos de funcionários.

Leon Pomer, *O surgimento das nações*. Apud Adhemar Marques et al, *História Moderna através de textos*.

No contexto apresentado, entre as “imunidades de que gozam certas classes”, é correto considerar

- os camponeses e os pequenos proprietários urbanos eram isentos do pagamento de impostos em épocas de secas ou de guerras de grande porte.
- a burguesia ligada às transações financeiras com os espaços coloniais franceses não estava sujeita ao controle do Estado francês, pois atuava fora da Europa.
- a nobreza das províncias mais distantes de Paris estava desobrigada de defender militarmente a França em conflitos fora do território nacional.
- os grandes banqueiros e comerciantes não precisavam pagar os impostos devido a uma tradição relacionada à formação do Estado francês.
- o privilégio da nobreza que não pagava tributos ao Estado francês, condição que contribuiu para o agravamento das finanças do país na segunda metade do século XVIII.

18. (Espm 2011) Leia os textos e responda:

Do lado do rei estavam os católicos da Inglaterra e da Irlanda, os anglicanos do norte e do oeste e os lordes, alta nobreza possuidora da terra feudal. Militarmente, as tropas reais eram constituídas pelos cavaleiros. Pelo Parlamento lutavam os puritanos, pequenos proprietários rurais e comerciantes, e os artesãos das cidades; Londres apoiava o Parlamento e lhe fornecia muitos recursos. Os componentes do exército do Parlamento eram chamados de Cabeças Redondas.

(Christopher Hill. *O Eleito de Deus*)

Entre 1648-1652, a França viveu lutas. Para reprimir a rebelião burguesa que tendia a se alastrar de Paris para outras cidades, Mazarino contou com a ajuda de elementos da nobreza, como o príncipe de Condé. Na repressão aos revoltosos, Condé adquiriu poderes e passou a rivalizar com a autoridade de Mazarino. Quando o cardeal tentou reagir, destituindo Condé do comando do exército, desencadeou-se a rebelião da nobreza contra o poder central.

(Raymundo de Campos. *História Geral*)

Os textos apresentados devem ser relacionados respectivamente com:

- Revolução Gloriosa – Revolução Francesa;
- Revolução Puritana – As Guerras da Fronda;
- Revolução Puritana – Revolução Francesa;
- Rebelião de Wat Tyler – As Guerras da Fronda;
- Revolução Gloriosa – Jacquerries.

19. (Unesp 2011) O fim último causa final e desígnio dos homens (...), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita. Quer dizer, o desejo de sair daquela mísera condição de guerra que é a consequência necessária (...) das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os

manter em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos (...).

(Thomas Hobbes. *Leviatã*, 1651. In: Os pensadores, 1983.)

De acordo com o texto,

- os homens são bons por natureza, mas a sociedade instiga a disputa e a competição entre eles.
- as sociedades dependem de pactos internos de funcionamento que diferenciem os homens bons dos maus.
- os castigos permitem que as pessoas aprendam valores religiosos, necessários para sua convivência.
- as guerras são consequências dos interesses dos Estados, preocupados em expandir seus domínios territoriais.
- os Estados controlam os homens, permitindo sua sobrevivência e o convívio social entre eles.

20. (Enem 2010) O príncipe, portanto, não deve se incomodar com a reputação de cruel, se seu propósito é manter o povo unido e leal. De fato, com uns poucos exemplos duros poderá ser mais clemente do que outros que, por muita piedade, permitem os distúrbios que levem ao assassinio e ao roubo.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*, São Paulo: Martin Claret, 2009.

No século XVI, Maquiavel escreveu *O Príncipe*, reflexão sobre a Monarquia e a função do governante.

A manutenção da ordem social, segundo esse autor, baseava-se na

- inércia do julgamento de crimes polêmicos.
- bondade em relação ao comportamento dos mercenários.
- compaixão quanto à condenação de transgressões religiosas.
- neutralidade diante da condenação dos servos.
- conveniência entre o poder tirânico e a moral do príncipe.

21. (Enem 2009) O que se entende por Corte do antigo regime é, em primeiro lugar, a casa de habitação dos reis de França, de suas famílias, de todas as pessoas que, de perto ou de longe, dela fazem parte. As despesas da Corte, da imensa casa dos reis, são consignadas no registro das despesas do reino da França sob a rubrica significativa de Casas Reais.

ELIAS, N. *A sociedade de corte*. Lisboa: Estampa, 1987.

Algumas casas de habitação dos reis tiveram grande efetividade política e terminaram por se transformar em patrimônio artístico e cultural, cujo exemplo é

- o palácio de Versalhes.
- o Museu Britânico.
- a catedral de Colônia.
- a Casa Branca.
- a pirâmide do faraó Quéops.

22. (Unesp 2009) *Quando sucumbe o monarca, a majestade real não morre só, mas, como um vórtice, arrasta consigo tudo quanto o rodeia (...). Basta que o rei suspire para que todo o reino gema.*

(*Hamlet*, 1603.)

Essas palavras, pronunciadas por Rosencrantz, personagem de um drama teatral de William Shakespeare, aludem

- ao absolutismo monárquico, regime político predominante nos países europeus da Idade Moderna.
- à monarquia parlamentarista, na qual os poderes políticos derivam do consentimento popular.
- ao poder mais simbólico do que verdadeiro do rei, expresso pela máxima “o rei reina, mas não governa”.
- à oposição dos Estados europeus à ascensão da burguesia e à emergência das revoluções democráticas.
- à decapitação do monarca inglês pelo Parlamento durante as Revoluções Puritana e Gloriosa.

23. (Unesp 2009) (...) *O trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus. Os reis são deuses e participam de alguma maneira da independência divina. O rei vê de mais longe e de mais alto; deve-se acreditar que ele vê melhor, e deve obedecer-se-lhe sem murmurar, pois o murmúrio é uma disposição para a sedição.*

(Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704), *Política tirada da Sagrada Escritura*. apud Gustavo de Freitas, *900 textos e documentos de História*)

Com base no texto, assinale a alternativa correta.

- O autor critica o absolutismo do rei e enfatiza o limite da sua autoridade em relação aos homens.
- Para Bossuet, o poder real tem legitimidade divina e não admite nenhum tipo de oposição dos homens.
- Bossuet defende a autoridade do rei, mas alerta para as limitações impostas pelas obrigações para com Deus.
- Os princípios de Bossuet defendem a soberania dos homens diante da autoridade divina dos reis.
- O autor reconhece o direito humano de revolta contra o soberano que não se mostre digno de sua função.

Gabarito:**Resposta da questão 1:**

[A]

Na aliança firmada entre a recente surgida burguesia e os monarcas, que levou à formação das Monarquias Absolutistas, a burguesia exigiu dos monarcas que ajudou financeiramente favorecimentos econômicos no novo governo. Logo, a exigência não atingia a política e a sociedade.

Resposta da questão 2:

[B]

A *Magna Carta* foi um documento que restringia o poder do rei inglês. Nesse sentido, trazia uma série de restrições aos abusos de poder, como fica claro no fragmento acima.

Resposta da questão 3:

[B]

A imagem mostra a Monarquia Inglesa retratada como um monstro ou um ser diabólico. Logo, podemos ler a imagem como uma crítica ao expansionismo inglês, que oprimia seu próprio povo e os povos pela Inglaterra dominados.

Resposta da questão 4:

[B]

Somente a alternativa [B] está correta. A questão remete ao surgimento do Parlamento na Inglaterra. Em 1215 foi redigida a Magna Carta para limitar o poder do rei João Sem Terra. Este documento possui um viés feudal ao limitar o poder do rei e dar mais poder aos nobres e, também, é moderno ao estabelecer alguns princípios dos direitos humanos. Este documento é considerado a base das liberdades inglesas. Pela Magna Carta o rei só pode aumentar impostos ou alterar leis com a aprovação do Grande Conselho, do Parlamento.

Resposta da questão 5:

[C]

Como o texto enfatiza, uma gama de trabalhadores livres e escravos convivia nas cidades italianas, em especial nas chamadas *casas grandes*, as residências das famílias nobres.

Resposta da questão 6:

[D]

A questão remete à intolerância religiosa na Península Ibérica no contexto da formação dos Estados Nacionais. Os ibéricos expulsaram os muçulmanos da Península Ibérica na chamada Guerras de Reconquista. Assim surgiram Portugal e Espanha. Tão logo expulsaram os muçulmanos, os ibéricos pressionaram os judeus. Em Portugal, os judeus

tinham um prazo para se converter ou residir em outro lugar. Muitos foram convertidos e passaram a ser chamados de cristãos novos, outros foram para a Holanda contribuindo para o desenvolvimento econômico daquela região e, outros, vieram para o Brasil como forma de fugir da autoridade portuguesa e investir no açúcar brasileiro.

Resposta da questão 7:

[E]

Somente a proposição [E] está correta. A Idade Moderna, XV ao XVIII, foi caracterizada pela transição do feudalismo para o capitalismo e pelo Antigo Regime (Absolutismo e Mercantilismo). Os Estados Nacionais Modernos surgiram no final da Idade Média e se notabilizaram nos Tempos Modernos necessitavam de muitos recursos para montar e equipar o exército e a marinha bem como manter a burocracia estatal. Desta forma, o Sistema Colonial visava gerar lucros e recursos para a metrópole (aspecto econômico), a submissão da Colônia à Metrópole (aspecto político) e ocupar as áreas coloniais (aspecto demográfico). As demais alternativas estão incorretas. As autoridades metropolitanas não criticavam o escravismo colonial. Não ocorreu o modelo feudal na Colônia. Havia o interesse da metrópole em ocupar as novas áreas conquistadas.

Resposta da questão 8:

[C]

A opinião de Perry Anderson sobre a formação do Absolutismo é peculiar: ele afirma que a instauração desse novo regime político nada mais fez do que **reordenar** a organização social existente, que contava com o domínio da nobreza (ou aristocracia) sobre os camponeses. A única novidade seria o apoio econômico fornecido pela **burguesia**, que passou a receber incentivos econômicos da realeza, mas não obteve participação política.

Resposta da questão 9:

[A]

A questão remete a formação dos Estados nacionais que ocorreu na Baixa Idade Média. O primeiro Estado Moderno a surgir foi a nação portuguesa. A formação destes Estados se deu de maneira conflituosa e truculenta gerando problemas que permanecem até hoje. A Espanha surgiu a partir do casamento dos reis católicos Fernando de Aragão e Isabel do reino da Castela em 1469. Até hoje a Catalunha reivindica a separação em relação à Espanha, ou seja, constituir-se como nação.

Resposta da questão 10:

[B]

Tanto a **Guerra de Reconquista** como a **Revolução de Avis** foram processos que consolidaram a **centralização de poder** em Portugal. Essa centralização foi fundamental para que o país lusitano fosse pioneiro das grandes navegações,



uma vez que o papel do Rei português junto à burguesia foi determinante para o incentivo às navegações.

Resposta da questão 11:

[A]

O próprio texto é bem claro em sua afirmação: “o ser homem se confunde com a sua aparência. Quem age como nobre é nobre”. Sendo assim, a etiqueta era uma forma de distinção social na França absolutista.

Resposta da questão 12:

[B]

A questão remete ao “Antigo Regime” que ocorreu na Europa no contexto da Idade Moderna, séculos XV ao XVIII, através do sistema Absolutista, da política econômica denominada Mercantilismo, desvalorização do trabalho braçal, predominância de valores aristocráticos no qual havia a desigualdade jurídica, os nobres tinham privilégios, não pagavam impostos e recebiam uma pensão do Estado, o clero também possuía isenção tributária e ainda cobrava o dízimo da população. No século XVIII surgiu o Iluminismo, combatendo os valores aristocráticos defendendo a igualdade jurídica, ou seja, todos são iguais perante a lei.

Resposta da questão 13:

[A]

O rei Henrique IV foi o primeiro rei da Dinastia Bourbon, que ascendeu ao trono em meio a disputas religiosas. De formação e líder protestante, Henrique aderiu ao catolicismo quando se tornou rei e adotou uma política que buscava minimizar as disputas, como forma de fortalecer o próprio poder. O Edito de Nantes é visto como sua principal obra, um decreto que, por um lado, oficializou o catolicismo como religião do Estado, por outro, deu direitos e liberdades aos protestantes huguenotes.

Resposta da questão 14:

[D]

Durante a Guerra de Retomada, que levou a Península Ibérica à reunificação e inaugurou o Absolutismo na Espanha e em Portugal, os ibéricos tiveram que vencer e expulsar os árabes muçulmanos que ocupavam a Península desde o século XI. Os muçulmanos que não foram expulsos tiveram, por imposição da Inquisição, que se converter ao Catolicismo, e passaram a ser chamados de “cristãos novos” ou “marranos” (que, em português, significa “porco”).

Resposta da questão 15:

[E]

O texto deixa claro que o Rei Filipe II usou a Inquisição para um fim político: destituir seu secretário de Estado que estava concentrando mais poderes do que o desejado.

Assim, o texto corrobora o exposto no item [E] (“esteve vinculada ao Estado e serviu aos interesses de grupos ligados ao poder”).

Resposta da questão 16:

[E]

Questão mais abstrata e que exige maior conhecimento geral, pois a imagem individualmente é de difícil interpretação. A ideia de “construir uma imagem” implica em perceber que a imagem natural não serve para que se estabeleça uma relação entre governantes e governados. O governante deve ser apresentado como superior e mais capacitado, diferenciando-se dos governados. Segundo a linguagem usada na questão, a figura do rei como indivíduo (privada) deve ser substituída pela figura do rei como símbolo de poder (pública).

Resposta da questão 17:

[E]

Na França do Antigo Regime, entre os séculos XV e XVIII, a monarquia absolutista reconhecia privilégios de alguns grupos sociais. Entre esses, a nobreza tinha imunidade fiscal e uma justiça particular. Tais privilégios são anulados com a Revolução Francesa. O fragmento utilizado como apoio para a questão mostra como a monarquia absolutista não foi exatamente absolutista, pois havia limitações ao seu poder.

Resposta da questão 18:

[B]

A expressão “o eleito de Deus”, título do livro de Christopher Hill, é uma referência a Oliver Cromwell, líder do exército dos cabeças redondas durante a parte final da guerra civil que ocorreu durante a Revolução Puritana, na qual os calvinistas tiveram um papel de destaque por possuírem uma visão burguesa de mundo, contrárias às tendências absolutistas do rei.

A Fronde foi um conflito político militar contra a centralização do poder, que envolveu setores da nobreza, interessada em afastar o Cardeal Mazzarino do centro das decisões, mas também burgueses e artesãos, defensores da ampliação de direitos e redução de tributos.

Resposta da questão 19:

[E]

Como um dos maiores expoentes da filosofia moderna e defensor do Absolutismo como uma condição necessária à coexistência pacífica entre os homens, Hobbes considerava que o ser humano tendia ao conflito e à destruição coletiva (“estado de natureza”) se não fosse colocado sob a tutela de uma autoridade superior capaz de deter o caos através da força e coerção. Desse modo, acreditava que os próprios homens estabeleceram a sociedade civil e o Estado como um esforço no sentido de preservar a sua própria

existência. A superação do “estado de natureza” só foi possível graças ao “contrato social” estabelecido entre os homens e mantido pelo Estado.

Resposta da questão 20:

[E]

A moral política para Maquiavel é marcada pelo pragmatismo, ou seja, pela necessidade de atingir seus propósitos. O propósito do “príncipe” (do governante) é governar e manter a ordem social e para isso não deve se preocupar com a visão que possam formar sobre sua pessoa, com a reputação de cruel. Maquiavel foi o primeiro intelectual a teorizar e defender o modelo absolutista de Estado, com o poder concentrado nas mãos do governante, como representação máxima desse mesmo Estado.

Resposta da questão 21:

[A]

Desde a antiguidade, os palácios foram símbolos do poder imperial ou real, e acabaram por expressar os valores artísticos da época em que foram construídos. No caso do Palácio de Versalhes, foi construído a mando do rei Luis XIV no século XVII, tornando-se um símbolo do Antigo Regime na França e uma obra que sintetiza a arquitetura do estilo rococó.

Resposta da questão 22:

[A]

O Absolutismo Monárquico foi um regime político que predominou na Europa Ocidental no período da Idade Moderna. Nele, todo o poder concentrava-se nas mãos dos monarcas que, como o texto deixa claro, eram os centros de seus reinos (“*basta que o rei suspire para que todo o reino gema*”).

Resposta da questão 23:

[B]

Somente a proposição [B] está correta. Inspirado na Bíblia, Jacques Bossuet escreveu sua obra máxima chamada *Política Tirada da Sagrada Escritura*, defendendo o poder divino dos reis absolutistas. Segundo ele, o rei é um intermediário entre Deus e os homens e que cabem aos homens obedecerem a Deus e aos reis. As demais alternativas estão incorretas. O autor não critica o absolutismo, “pois o trono real é o trono do próprio Deus”. Não defende limitações do poder real e muito menos a soberania dos homens diante da autoridade dos reis. Não cabe ao homem o direito de se rebelar contra o rei, pois seria se revoltar contra o próprio Deus.